OBSERVA RONDÔNIA

Observatório Socioambiental de Rondônia

Edição I, julho de 2023

01. Observa-RO

O Observatório Socioambiental de Rondônia é um espaço virtual para congregar as informações sobre as políticas públicas voltadas para as questões socioambientais e de direitos humanos no estado de Rondônia. Para além disso, este sítio também irá apresentar periodicamente boletins com mapas das unidades de conservação e terras indígenas mais desmatadas no Estado. O Observatório Socioambiental de Rondônia objetiva ser uma forma de acesso a estas informações à sociedade rondoniense, com avaliações pautadas em critérios técnicos e olhares para as comunidades em geral.

Quem somos

Somos uma rede de organizações do estado de Rondônia que busca dar visibilidade, transparência e dados sobre as questões socioambientais. O boletim traz informações do monitoramento de quatro terras indígenas (Uru Eu Wau Wau, Karipuna, Sete de Setembro e Kaxarari) e também de quatro unidades de conservação com graves problemas socioambientais (Estação Ecológica de Samuel, Parque Estadual de Guajará Mirim, Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá e Floresta Nacional do Jacundá), com o objetivo de criar um panorama geral da questão socioambiental dessas áreas e informar dados de desmatamento, queimada, invasão e garimpo.

OBSERVA RONDÔNIA

01. T.I Uru Eu Wau Wau

Apresentação: A criação da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau se deu através do decreto presidencial nº 98.894 de 30 de janeiro de 1990, com o objetivo de garantir a integridade da população e de seu território. O processo de reconhecimento da área encontra-se amparado pelo disposto no decreto de nº 94.945, de 23 de setembro de 1987. A área em questão, conforme observa o Art. 4º do referido decreto, encontra-se sobreposta ao Parque Nacional de Pacaás Novos, criado pelo decreto presidencial nº 84.019, de 21 de setembro de 1979. Possui uma área de 1.867.117,80 hectares. Tem uma população composta por vários povos, como: Jupaú, Amondawa, Cabixi e Oro Win. Encontram-se distribuídos em 12 aldeias no território inteiro. Há presença de indígenas em isolamento voluntário, como: Pankuara e os Jurureís, além de duas etnias desconhecidas. (Dados extraídos do Diagnóstico da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau).

Situação: A história do território Uru-eu-wau-wau é marcada por uma constante narrativa de violência e invasão. Madeireiros, garimpeiros, grileiros, seringueiros, políticos da região que são aliados ao agronegócio e as grandes obras públicas como rodovias e assentamentos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) são os principais agentes de conflitos e violência que atingem o território. A terra indígena sofreu um expressivo processo de desmatamento, segundo o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), sendo a terra indígena com mais ameaças e pressões de desmatamento durante agosto de 2020 a julho de 2021.

02. **T.I Karipuna**

Apresentação: A criação da Terra Indígena Karipuna se deu através do decreto de 08 de setembro de 1998, no qual homologa a demarcação administrativa da terra. Possui uma área de 153 mil hectares no estado de Rondônia. Os Karipuna de Rondônia são um povo do tronco linguístico Tupi e se autodenominam Kawahib.

Situação: A Terra Indígena Karipuna se tornou a quarta terra mais desmatada em toda a Amazônia no ano de 2022 e, segundo o relatório do Observatório da BR-319, a mais desmatada entre as 69 terras que estão no entorno da BR-319. A pressão maior vem de invasões para loteamento e abertura de pastagens, além do garimpo ilegal e furto de madeira do território.

03. **T.I Sete de Setembro**

Apresentação: A Terra Indígena Sete de Setembro se deu através do decreto de nº 88.867 de 18 de outubro de 1983. Possui uma área de 248 mil hectares no estado de Rondônia e Mato Grosso. Possui uma população de aproximadamente 1.375 pessoas que falam uma língua do tronco Tupi, da família mondé. O povo Paiter Suruí foi contactado em sete de setembro de 1969 e por isso o nome da TI.

Situação: A Terra Indígena Sete de Setembro é alvo de constantes invasões de garimpeiros, madeireiros e desmatamento para abertura de pastagens. É uma terra rica em diamante, ouro e cassiterita e desde 2014 sofre com a chegada do garimpo na terra.

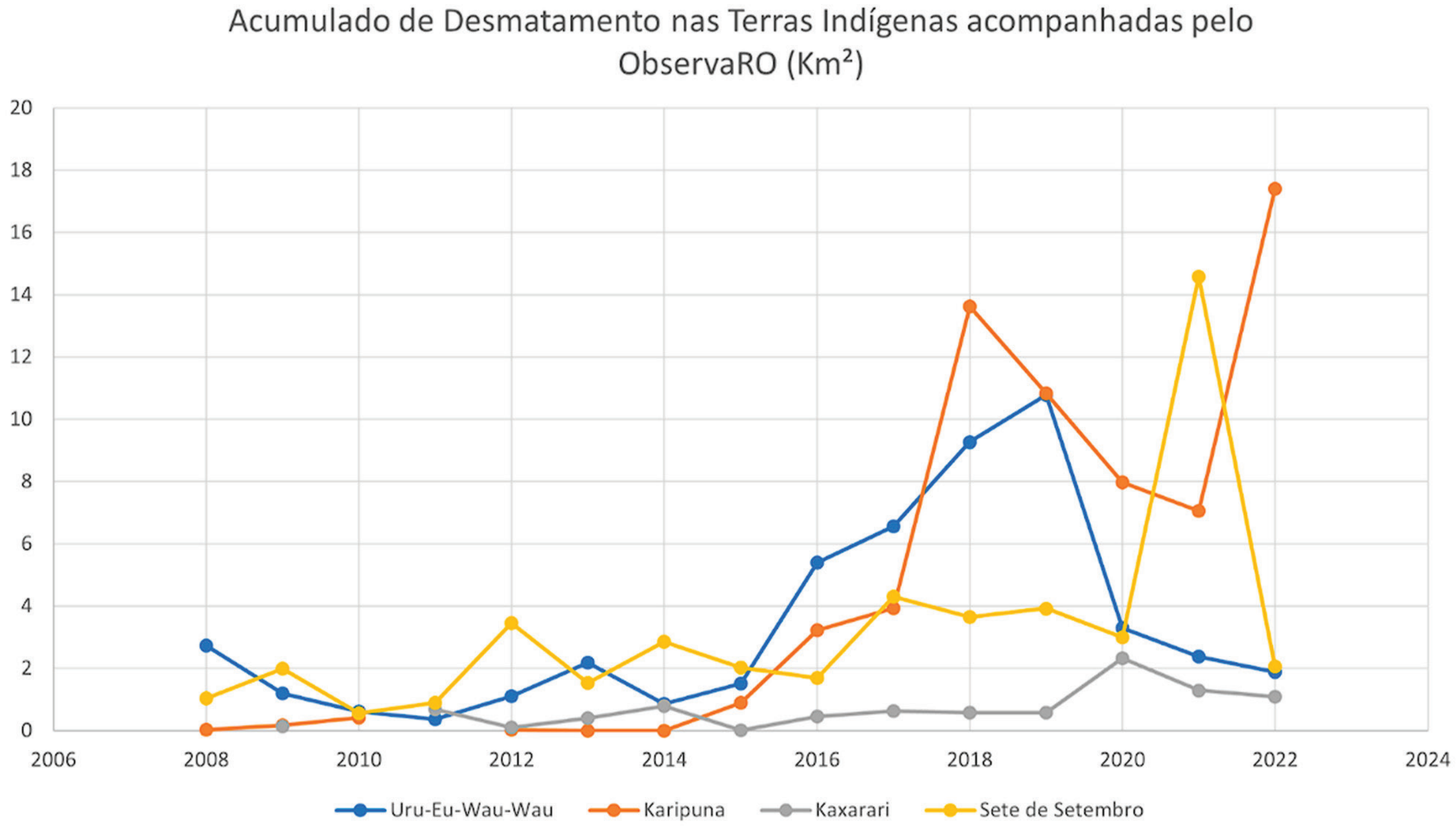
04. **T.I Kaxarari**

Apresentação: A Terra Indígena Kaxarari se deu através do decreto de 14 de agosto de 1992, possui uma extensão territorial de 145 mil hectares no estado de Rondônia. Os Kaxarari pertencem à família linguística Pano, com uma população de aproximadamente 350 pessoas, distribuídos em sete aldeias.

Situação: A área ocupada pelos Kaxarari já era alvo de disputas territoriais antes mesmo da criação da TI. Com a construção da BR-364, a empreiteira Mendes Junior instalou uma área de mineração de pedra e brita dentro do território Kaxarari .

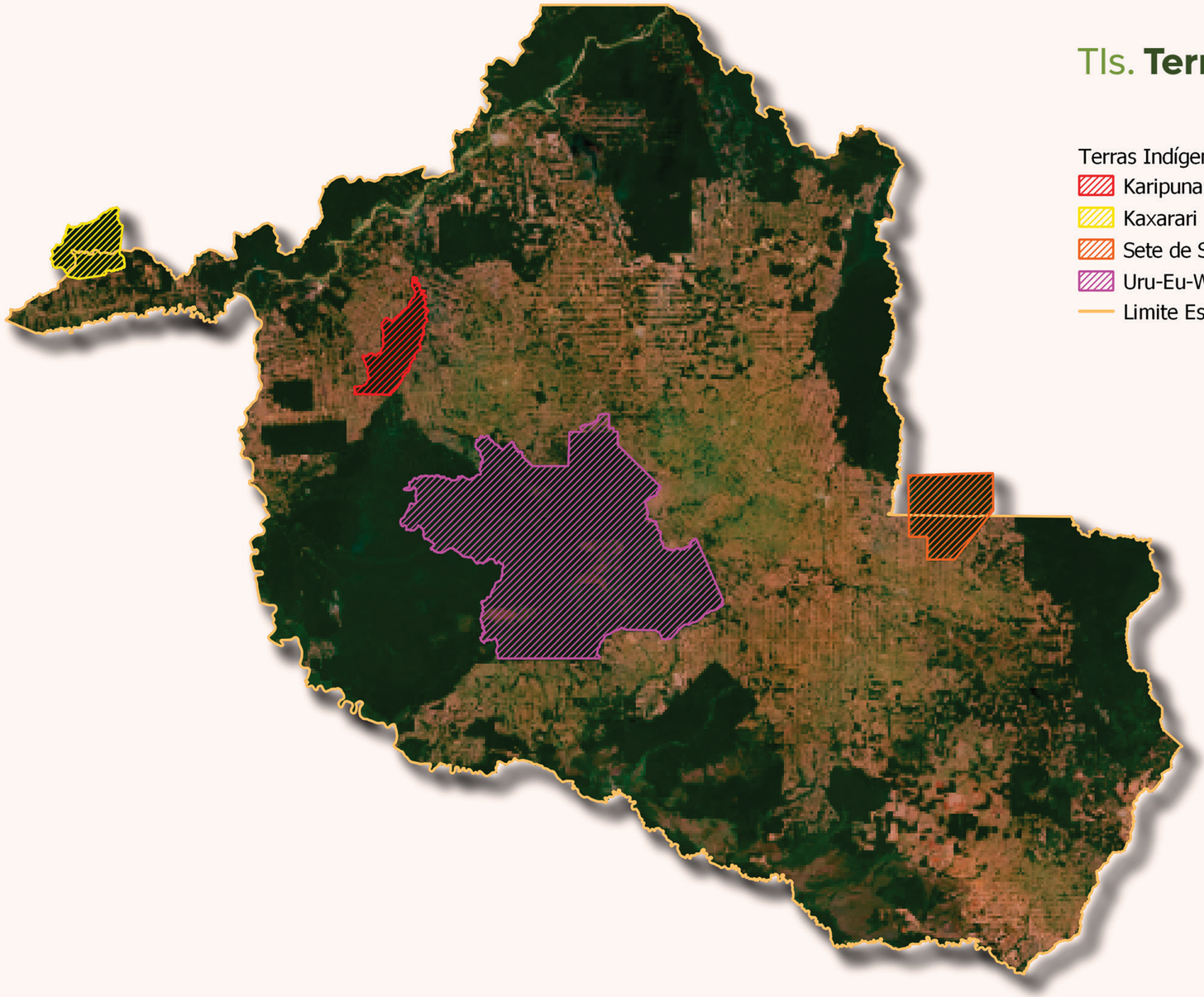
Além da redução das áreas de caça devido à atividade mineradora, ocorreu contaminação e redução do volume de água do Rio Azul, que é utilizado por algumas aldeias, em consequência de seu represamento. Esses processos combinados geraram uma intensa mobilização dos kaxarari, resultando na demarcação de seu território e na posterior condenação da empreiteira e do DNIT pelos danos causados.

Apesar da demarcação, a TI continuou sofrendo pressões e foi marcada pela maior sequência de conflitos agrários do Brasil na década de 2011-2020, segundo a CPT. Concomitante a isso, invasão, desmatamentos e queimadas ilegais têm ameaçado constantemente o território, resultando em diversas mobilizações e ações de combate dentro da TI.



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. PRODES - Desmatamento – Amazônia Legal. Acesso em: jun. 2023.

TIs. **Terras Indígenas**



Fonte: IBGE (2020), Planet (2022) e FUNAI (2022).

05. **UC Estação Ecológica de Samuel**

Apresentação: A Estação Ecológica de Samuel é uma unidade de conservação criada como forma de compensação ambiental pelo impacto gerado pela implantação da Usina Hidrelétrica Samuel. Localiza-se entre os municípios de Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste e teve como marco regulatório o Decreto nº 4.247, de 18 de julho de 1989. Inicialmente, a unidade contava com 20.865 hectares, mas sua área foi alterada para 71.060,7232 hectares pela Lei nº 763/1997. A ESEC Samuel por ser uma unidade de conservação estadual está sob administração da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM) e integra os Programas ARPA e Monitora (IN 3/2017). Categorizada como unidade de proteção integral, a ESEC de Samuel dispõe em seu Plano de Manejo as atividades que podem ser desenvolvidas em sua área, todas voltadas para conservação, manejo e recuperação ambiental, pesquisa e educação ambiental.

Situação: A ESEC Samuel é palco de um conflito agrário que se intensificou em 2022 com a decisão judicial pela retirada de invasores e desocupação da unidade de conservação. De acordo com investigações da Polícia Civil de Rondônia, o modus operandi das invasões na região ocorre por meio de um esquema organizado que loteia, desmata e vende ilegalmente partes da terra pública. A área alvo do esquema investigado estava dividida em 550 lotes, que poderiam render mais de cinco milhões de reais ao grupo. Em decorrência das invasões, há uma intensa pressão sobre a unidade de conservação e seu entorno, com a remoção de madeira e abertura de estradas.

06. **UC Parque Estadual de Guajará-Mirim**

Apresentação: O Parque Estadual Guajará Mirim foi criado através do Decreto nº 4.575, de 23 de março de 1990. Inicialmente, com 258.813 hectares, teve sua área alterada e reduzida para 207.148,266 hectares em 1996 pela Lei nº 700/1996. O parque está inserido nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré e encontra-se sob administração da SEDAM. Além disso, integra o Programa ARPA e o Programa Monitora (IN 3/2017), que visam o monitoramento da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos a longo prazo. O PE Guajará-Mirim é uma unidade de proteção integral e apresenta em seu Plano de Manejo as ações que podem ser implementadas em seu território, todas voltadas para a conservação e o mínimo impacto ambiental.

Situação: Os limites do PE Guajará-Mirim, assim como sua zona de amortecimento, são constantemente violados. A ação de grileiros e invasores ocorre de maneira organizada, conforme registrado e investigado pelo Ministério Público de Rondônia. Foi identificado que, por meio de associações de produtores, são feitos loteamentos ilegais da área pública para venda, além da coordenação sistemática de invasão, grilagem e desmatamento. O principal alvo dessas ações é a área conhecida como "Bico do Parque", localizada na porção norte da unidade de conservação e atravessada pela RO-420. O intuito dessas ocupações é descaracterizar o parque e exercer pressão para a redução de seus limites. Relatórios do Imazon revelam que o Parque Estadual Guajará-Mirim está entre as cinco unidades de conservação mais desmatadas da Amazônia em 2023.

07. UC Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá

Apresentação: A unidade de conservação Reserva Extrativista do Rio Preto-Jacundá também encontra-se sob gestão da SEDAM e nos Programas ARPA e Monitoria (IN 3/2017). Foi estabelecida por meio do Decreto nº 7.336 de 17 de janeiro de 1996 nos municípios de Machadinho D'Oeste e Cujubim com 95.300 hectares. Diferentemente das demais unidades acompanhadas pelo Observatório, a Resex Rio Preto - Jacundá é uma unidade de uso sustentável e de acordo com o Plano de Manejo (Portaria nº 115/2017) o espaço territorial da unidade pode ser destinado à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, seguindo seu zoneamento, pela comunidade extrativista.

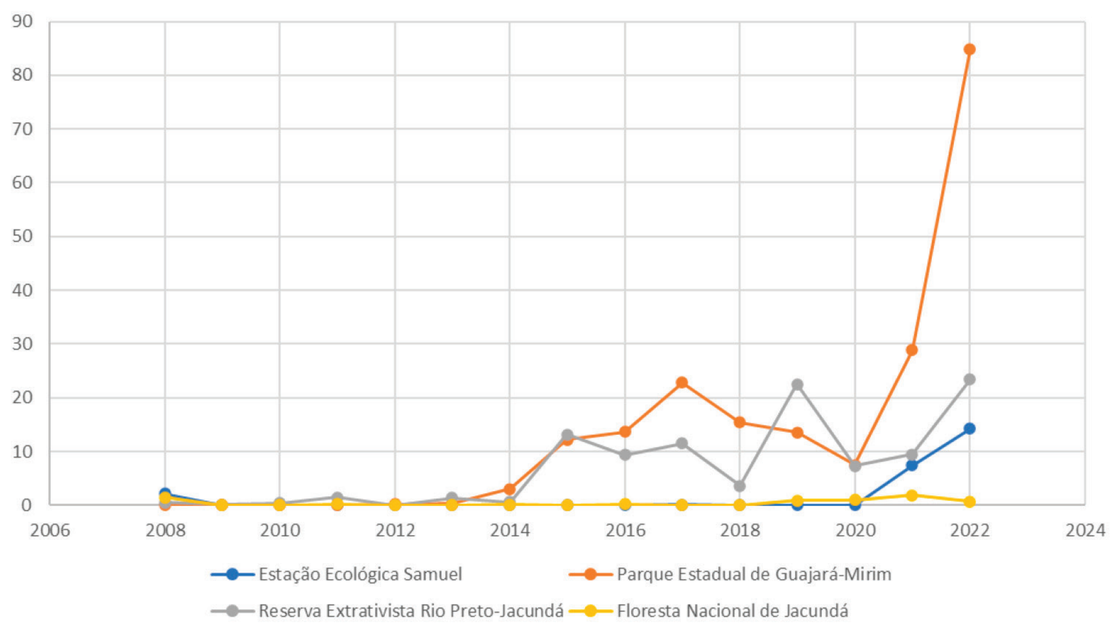
Situação: A Resex Rio Preto-Jacundá também figura nos relatórios do Imazon como uma das cinco unidades de conservação mais desmatadas da Amazônia em 2023. Esse título é atribuído à intensa atividade de madeireiros ilegais dentro dos limites da unidade de conservação. O Ministério Público constatou que uma associação de produtores da região, com sede ilegalmente instalada dentro da unidade, estava envolvida e adotava práticas ambientalmente criminosas, organizando o desmatamento e a descaracterização da Resex. A madeira extraída ilegalmente e comercializada financia essas ações dentro desta e outras unidades de conservação no estado.

08. **UC Floresta Nacional de Jacundá**

Apresentação: Ao contrário das outras unidades de conservação acompanhadas pelo Observatório, que são estaduais, a Floresta Nacional de Jacundá é uma unidade federal e é popularmente conhecida como Flona de Jacundá. Localizada nos municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari, a Flona de Jacundá foi criada por meio do Decreto de 01 de dezembro de 2004. Trata-se de uma unidade de conservação de uso sustentável administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), abrangendo aproximadamente 220.644,525 hectares. Desses, cerca de 112 mil hectares estão sob o regime de concessão para prática de manejo florestal sustentável. Em 2011, o Plano de Manejo da unidade de conservação foi aprovado (Portaria nº 40/2011 do ICMBio), o qual lista e categoriza as atividades desenvolvidas dentro da unidade, bem como aquelas que representam ameaças à sua preservação e ao seu entorno.

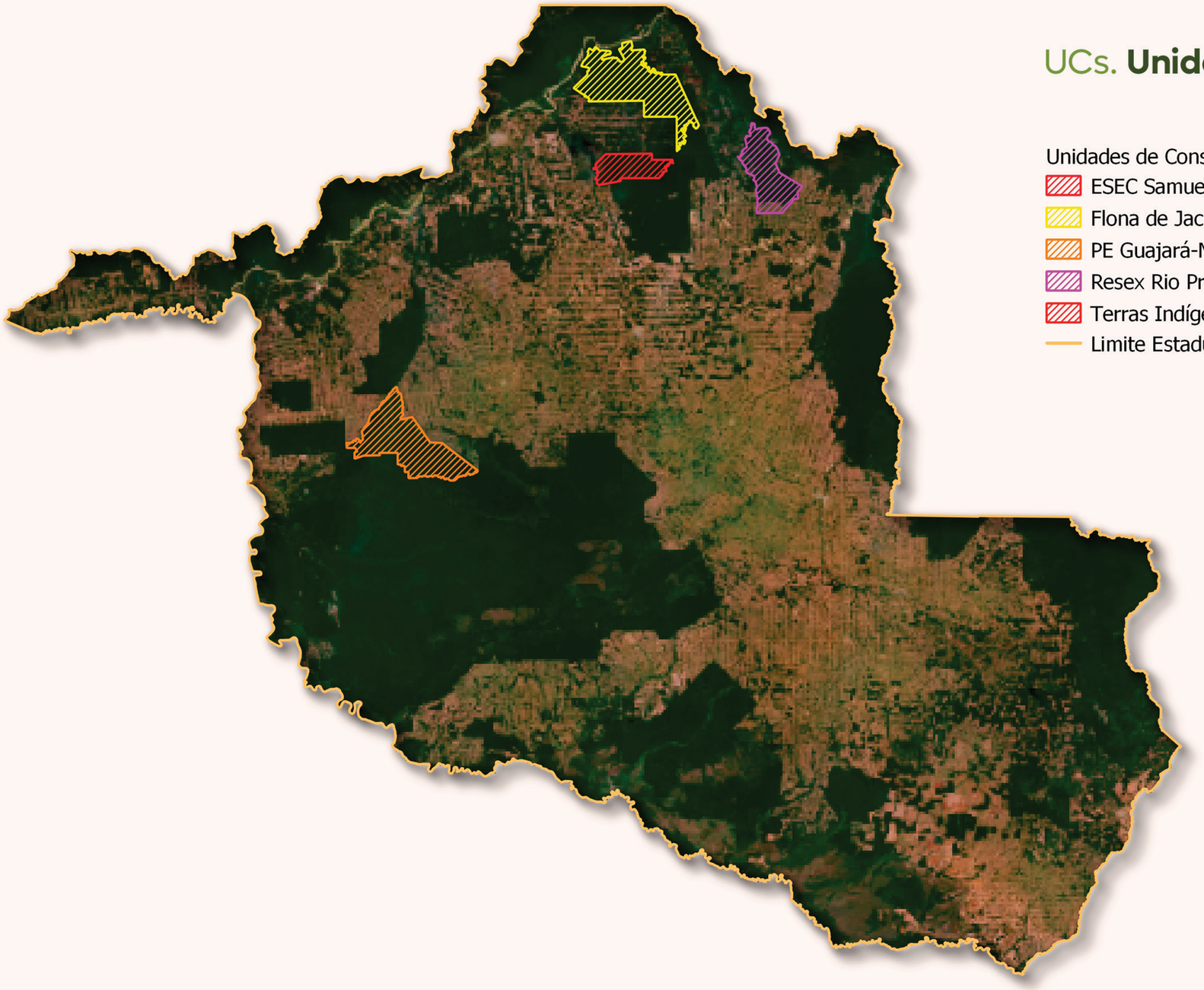
Situação: A Flona de Jacundá tem enfrentado desmatamento desde a sua criação, mas as pressões e ações de madeireiros formais e informais se intensificaram, principalmente a partir de 2018, resultando em aproximadamente 483 hectares de área desmatada nesse período. Além disso, a ação de grileiros dentro dos limites da unidade de conservação tem se intensificado, levando a operações sucessivas para identificar e desarticular invasões e loteamentos de terras, bem como combater o desmatamento. Como vizinha da ESEC Samuel, a Flona tem sido alvo das mesmas personagens utilizando o mesmo *modus operandi* relatado.

Acumulado de Desmatamento nas UCs acompanhadas pelo ObservaRO
(Km²)



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. PRODES - Desmatamento – Amazônia Legal. Acesso em: jun. 2023.

UCs. **Unidades de Conservação**



Fonte: IBGE (2020), Planet (2022), SEDAM (2022) e ICMBio (2020).

09. Atravessamento entre questão ambiental e direitos humanos

O monitoramento de direitos humanos se dará a partir das relações deste temário com a pauta socioambiental. A interlocução e necessidade de abordagem de meio ambiente e direitos humanos é algo que vem se consolidando em termos teóricos, de políticas públicas e de impactos socioambientais. São muitos os subtemas e questões que surgem desta complexa rede ecológico-econômica e sociológico-ambiental.

O Observatório busca trazer visibilidade para as violações de direitos humanos, os conflitos socioambientais e as desigualdades resultantes das mudanças climáticas, com impactos mais severos sobre populações tradicionais, florestas e povos indígenas.

Na Amazônia, a relação entre Empresas e Direitos Humanos tem gerado impactos socioambientais significativos. Grandes obras privadas ou com investimentos público-privados têm causado deslocamento populacional, degradação de solos e aumento do custo de vida de populações vulneráveis, e sujeição de grupos à abusos e exploração sexual. Ademais, a utilização de agrotóxicos e produtos químicos, como desfoliantes e mercúrio no garimpo, também está relacionada a contaminação ambiental e problemas de saúde, incluindo condições como autismo e doença de Parkinson. A dimensão humanitária da ação ilegal do garimpo, da criminalidade madeireira, da invasão de territórios tradicionais é parte dessa intrincada rede de violações de direitos humanos de povos indígenas.

Essa situação cria uma estrutura de racismo ambiental, que perpetua a privação de água, danos ambientais, poluição e pobreza. Diante desse contexto, o Observatório busca monitorar e documentar essas questões, compilando informações da imprensa local e nacional, solicitando dados por meio da Lei de Acesso à Informação e participando de espaços e instituições participativas para coletar e sistematizar informações de diversos atores da sociedade civil.

OBSERVA
RONDÔNIA

Apoio:

INSTITUTO CENTRO DE VIDA

REDE FLORESTA

NICFI
Norway's International Climate and Forest Initiative

Parceiros:

ECOPORÉ
Ação Ecológica Guaporé

KANINDÉ 30 ANOS
Associação de Defesa Etnoambiental
LUTANDO AO LADO DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA

MOVIMENTO DA JUVENTUDE INDÍGENA DE RONDÔNIA